

A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA COMO FACTOR DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

THE PORTUGUESE LANGUAGE IN ANGOLA AS A FACTOR OF SOCIAL INCLUSION AND EXCLUSION

LA LENGUA PORTUGUESA EN ANGOLA COMO FACTOR DE INCLUSIÓN Y EXCLUSIÓN SOCIAL

Martinho Sonjamba José Diogo¹

RESUMO: O presente artigo analisa o papel da língua portuguesa em Angola enquanto factor simultâneo de inclusão e exclusão social, considerando o seu estatuto de língua oficial e a coexistência com diversas línguas nacionais. Partindo de uma abordagem sociolinguística, que abordam práticas de ensino, preconceito linguístico e desigualdades sociais associadas ao uso da língua portuguesa. O estudo discute como o domínio do português possibilita o acesso à educação, ao mercado de trabalho e à participação cívica, ao mesmo tempo em que pode marginalizar falantes de línguas maternas. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, baseada na revisão bibliográfica de obras acadêmicas, artigos científicos e documentos legais sobre políticas linguísticas, educação e diversidade linguística em Angola. A análise dos dados fundamenta-se na interpretação crítica dos discursos e práticas linguísticas, permitindo compreender as dinâmicas de inclusão e exclusão social no contexto angolano. Conclui-se que, embora a língua portuguesa desempenhe um papel fundamental na coesão nacional e na integração social, a ausência de políticas efetivas de valorização das línguas nacionais no sistema educativo contribui para a reprodução de desigualdades sociais.

1

Palavras-chave: Língua portuguesa. Inclusão social. Exclusão social. Políticas linguísticas. Angola.

ABSTRACT: This article analyzes the role of the Portuguese language in Angola as a simultaneous factor of social inclusion and exclusion, considering its status as an official language and its coexistence with various national languages. It adopts a sociolinguistic approach, addressing teaching practices, linguistic prejudice, and social inequalities associated with the use of the Portuguese language. The study discusses how proficiency in Portuguese enables access to education, the job market, and civic participation, while simultaneously marginalizing speakers of native languages. Methodologically, the research adopts a qualitative, descriptive-analytical approach, based on a bibliographic review of academic works, scientific articles, and legal documents on language policies, education, and linguistic diversity in Angola. The data analysis is based on the critical interpretation of linguistic discourses and practices, allowing for an understanding of the dynamics of social inclusion and exclusion in the Angolan context. It is concluded that, although the Portuguese language plays a fundamental role in national cohesion and social integration, the absence of effective policies to promote national languages in the education system contributes to the reproduction of social inequalities.

Keywords: Portuguese language. Social inclusion. Social exclusion. Language policies. Angola.

RESUMEN: Este artículo analiza el papel de la lengua portuguesa en Angola como factor simultáneo de inclusión y exclusión social, considerando su condición de lengua oficial y su coexistencia con diversas lenguas nacionales. Adopta un enfoque sociolingüístico que aborda las prácticas docentes, los prejuicios lingüísticos y las desigualdades sociales asociadas al uso de la lengua portuguesa. El estudio analiza cómo el dominio del portugués facilita el acceso a la educación, el mercado laboral y la participación cívica, a la vez que margina a los hablantes de lenguas nativas. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cualitativo, descriptivo-analítico, basado en una revisión bibliográfica de trabajos académicos, artículos científicos y documentos legales sobre políticas lingüísticas, educación y diversidad lingüística en Angola. El análisis de datos se basa en la interpretación crítica de los discursos y prácticas lingüísticas, lo que permite comprender las dinámicas de inclusión y exclusión social en el contexto angolano. Se concluye que, si bien la lengua portuguesa desempeña un papel fundamental en la cohesión nacional y la integración social, la ausencia de políticas efectivas de promoción de las lenguas nacionales en el sistema educativo contribuye a la reproducción de las desigualdades sociales.

Palabras clave: Lengua portuguesa. Inclusión social. Exclusión social. Políticas lingüísticas. Angola.

INTRODUÇÃO

Angola caracteriza-se por uma ampla diversidade linguística, resultado de sua complexa formação histórica, cultural e social. Apesar da coexistência de numerosas línguas nacionais de origem bantu (*como umbundu, kimbundu, kikongo e outras*), que coexistem com o português em realidades urbanas e rurais, o português ocupa o estatuto de língua oficial, sendo utilizado na administração pública, no sistema educativo, nos meios de comunicação social e em grande parte das interações formais. Herdada do período colonial, a língua portuguesa foi consolidada no pós-independência como instrumento de unidade nacional e de integração entre os diferentes grupos etnolingüísticos do país. A dimensão social dessa coexistência linguística levanta questões cruciais de inclusão e exclusão, sobretudo em contextos educativos e de mobilidade social.

Contudo, a centralidade do português na vida social angolana revela uma dinâmica ambivalente. Se, por um lado, o domínio da língua portuguesa possibilita o acesso à educação formal, ao emprego e à participação cívica, funcionando como factor de inclusão social, por outro, a sua hegemonia pode contribuir para processos de exclusão, sobretudo entre os falantes de línguas nativas e variedades não padronizadas do português. Essas populações enfrentam, frequentemente, dificuldades no percurso escolar e limitações no acesso a oportunidades sociais e económicas, agravadas pelo preconceito linguístico e pela desvalorização das línguas maternas.

Dessa forma, a língua portuguesa em Angola assume um papel paradoxal, atuando simultaneamente como meio de integração e como mecanismo de desigualdade social. Com base nessa problemática, o presente artigo propõe-se a analisar o papel da língua portuguesa enquanto factor de inclusão e exclusão social em Angola, discutindo os impactos das políticas linguísticas, das práticas educativas e das representações sociais da língua na construção de identidades e oportunidades sociais no contexto angolano.

A língua portuguesa como factor de inclusão

A língua portuguesa, enquanto língua oficial de Angola, desempenha um papel central na promoção da inclusão social, ao funcionar como principal meio de comunicação entre os diferentes grupos etnolinguísticos do país. Num contexto marcado por elevada diversidade linguística, o português atua como língua franca, possibilitando a interação social, a circulação de informação e a participação na vida pública e institucional do Estado.

De forma indirecta, vários autores reconhecem que o uso de uma língua comum favorece a coesão nacional e a integração social em países multilíngues.

Segundo Calvet (2002), as línguas oficiais, quando amplamente difundidas, tendem a assumir a função de integração social, pois permitem a comunicação entre comunidades linguísticas distintas e o acesso às estruturas de poder e de decisão. Em Angola, o domínio do português é um requisito essencial para o acesso ao sistema educativo, aos serviços públicos e ao mercado de trabalho formal, o que evidencia o seu papel como instrumento de mobilidade social.

Nesse sentido, Bourdieu (1991) argumenta que a língua possui um valor simbólico e social, funcionando como um tipo de capital que pode ser convertido em vantagens sociais. Aplicando essa perspectiva ao contexto angolano, o domínio da língua portuguesa pode ser entendido como um capital linguístico que favorece a inclusão social, ao permitir que os indivíduos participem de forma mais plena na vida económica, política e cultural do país.

Segundo Ngunga (2014, p. 57) “o português em Angola constitui um elemento de unificação nacional, na medida em que permite a comunicação entre cidadãos de diferentes línguas maternas e origens culturais.

Essa unificação linguística contribui para a construção de uma identidade nacional partilhada, sobretudo nos espaços urbanos, onde o português é frequentemente a primeira língua das gerações mais jovens.

Além disso, o português tem assumido um papel crescente como língua de socialização e de produção cultural, sendo utilizado na literatura, nos meios de comunicação social e nas manifestações artísticas.

De acordo Firmino (2005), o desenvolvimento de uma variedade própria do português angolano reflecte um processo de apropriação linguística, do qual a língua oficial deixa de ser apenas um legado colonial e passa a integrar as práticas identitárias da sociedade angolana. Dessa forma, a língua portuguesa não apenas inclui socialmente, mas também se adapta às realidades culturais locais.

Contudo, é importante salientar que o carácter inclusivo da língua portuguesa está directamente relacionado às condições de acesso ao seu ensino e à valorização das variedades locais. Quando associada a políticas educacionais inclusivas, a língua portuguesa pode desempenhar um papel decisivo na redução das desigualdades sociais e na promoção da cidadania plena em Angola.

A língua portuguesa como factor de exclusão social

Apesar de desempenhar um papel relevante na integração nacional, a língua portuguesa em Angola também pode funcionar como um importante factor de exclusão social, sobretudo quando considerada a realidade multilíngue do país. A centralidade do português como única língua oficial e principal meio de ensino, tende a marginalizar falantes de línguas nativas (nacional), especialmente aqueles provenientes de contextos rurais ou socialmente desfavorecidos, para quem o português não é a língua materna.

De forma indirecta, diversos estudos sociolinguísticos apontam que a imposição de uma língua oficial em contextos multilíngues pode reforçar desigualdades sociais e educacionais.

Segundo Skutnabb-Kangas (2000), sistemas educativos que ignoram as línguas maternas dos alunos contribuem para o fracasso escolar, para a exclusão social e para a reprodução de desigualdades estruturais.

Em Angola, essa realidade manifesta-se quando crianças ingressam no ensino formal sem domínio prévio do português, enfrentando dificuldades de aprendizagem desde os primeiros anos de escolarização.

No mesmo sentido, Bourdieu (1991) argumenta que a língua legítima, isto é, a variedade linguisticamente valorizada pelas instituições, funciona como instrumento de poder simbólico. Os falantes que não dominam essa variedade tendem a ser socialmente desvalorizados e excluídos dos espaços de prestígio. Assim, o português padrão, ao ser considerado a única forma

linguística legítima no contexto escolar e institucional angolano, contribui para a marginalização de falantes de variedades locais do português e de línguas nacionais.

Ngunga (2014, p. 89) afirma que “o uso exclusivo do português como língua de ensino em Angola tem criado obstáculos significativos para alunos cuja língua materna é uma língua nacional, afectando negativamente o seu desempenho escolar.

Tal situação evidencia que a língua portuguesa, quando imposta sem mediação pedagógica adequada, pode actuar como barreira ao sucesso educativo e, consequentemente, à inclusão social. Além disso, o preconceito linguístico constitui um dos mecanismos mais evidentes de exclusão social associados ao uso do português.

Segundo Bagno (2007), a discriminação baseada na forma de falar reforça hierarquias sociais e legitima a exclusão de grupos considerados linguisticamente “inferiores”. Em Angola, falantes de variedades não padronizadas do português são, muitas vezes, alvo de estigmatização, sendo associados à falta de escolaridade ou baixa posição social, o que acontece com alguma frequência por falantes da língua portuguesa que se deslocam das aldeias para as cidades ou mesmo os nascidos nas províncias mais à Norte do País tal como Cabinda, Uíge, Zaire e Lunda Norte para citar só alguns exemplos, que por força da língua materna sua pronúncia diferencia-se um pouco com os demais angolanos, sendo algumas vezes apelidados “*langa*” termo pejorativo o que de per si, denota exclusão e bullying.

5

Para Firmino (2005) a desvalorização das línguas nacionais no espaço público e educativo contribui para o enfraquecimento das identidades linguísticas locais, promovendo um modelo de inclusão condicionado à assimilação linguística. Dessa forma, o acesso à cidadania plena torna-se dependente do domínio do português, o que exclui simbolicamente aqueles que não possuem competência linguística adequada.

Assim, a língua portuguesa, embora essencial para a vida institucional angolana, pode tornar-se um factor de exclusão social quando não acompanhada por políticas linguísticas inclusivas que reconheçam e valorizem as línguas nacionais. A ausência de um ensino bilingue eficaz e a persistência do preconceito linguístico reforçam desigualdades sociais, limitando as oportunidades educacionais e sociais de uma parte significativa da população angolana.

Políticas linguísticas e diversidade linguística

As políticas linguísticas desempenham um papel fundamental na gestão da diversidade linguística em sociedades multilíngues, como é o caso de Angola. Entendem-se por políticas

linguísticas o conjunto de decisões, acções e orientações institucionais que regulam o uso, o estatuto e o ensino das línguas em determinado contexto social. Em países africanos pós-coloniais como é o caso de Angola, essas políticas estão frequentemente associadas a heranças coloniais e a desafios relacionados à construção da identidade nacional e à inclusão social.

Calvet (2007) afirma que as políticas linguísticas refletem relações de poder, uma vez que privilegiam determinadas línguas em detrimento de outras, influenciando o acesso dos cidadãos à educação, à informação e à participação política.

Em Angola, a escolha do português como única língua oficial visou promover a unidade nacional num contexto de grande diversidade etnolingüística. No entanto, essa opção teve como consequência a marginalização das línguas nacionais nos domínios formais da vida social.

Para Ngunga (2012, p. 34) “a diversidade linguística angolana não tem sido devidamente integrada nas políticas educativas, permanecendo as línguas nacionais em posição secundária face ao português”. Essa constatação evidencia a fragilidade das políticas de valorização das línguas locais, sobretudo no sistema educativo, onde o português continua a ser a principal e muitas vezes a única língua de ensino.

Diversos autores defendem que políticas linguísticas inclusivas devem reconhecer o papel das línguas maternas no processo de aprendizagem.

Skutnabb-Kangas (2000) sustenta que o uso das línguas maternas no ensino inicial contribui para melhores resultados escolares, fortalecimento da identidade cultural e redução da exclusão social. A ausência de políticas de educação bilingue eficazes em Angola tem, portanto, impacto directo no desempenho escolar de crianças falantes de línguas nacionais.

Firmino (2005, p. 112) afirma que “a desvalorização institucional das línguas africanas nos países lusófonos reforça a ideia de que apenas a língua colonial garante acesso ao progresso social”. Tal percepção contribui para o abandono gradual das línguas nacionais, promovendo um processo de assimilação linguística que ameaça a diversidade cultural.

Apesar de avanços legais no reconhecimento das línguas nativas como património cultural angolano, a implementação prática dessas políticas ainda é limitada.

Segundo Lopes (2016) a falta de formação de professores, de materiais didáticos adequados e de vontade política tem dificultado a integração efectiva das línguas nacionais no ensino e na administração pública.

Dessa forma, as políticas linguísticas em Angola revelam uma tensão entre a necessidade de uma língua comum para a coesão nacional e o reconhecimento da diversidade linguística

como direito cultural. A promoção de políticas linguísticas mais inclusivas, que valorizem as línguas nacionais e incentivem o ensino bilíngue, constitui um passo essencial para a preservação da diversidade linguística e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Inclusão social através do Português

A língua portuguesa, enquanto língua oficial de Angola, desempenha um papel central na promoção da inclusão social, servindo como instrumento de comunicação entre os diversos grupos étnicos e linguísticos do país. A presença do português nos domínios da educação, da administração pública e da comunicação social permite que indivíduos de diferentes origens tenham acesso às oportunidades de participação social e política.

Calvet (2002) destaca que a adoção de uma língua oficial em sociedades multilíngues facilita a integração social e o acesso às estruturas de poder, pois cria um meio de comunicação comum capaz de unir diferentes comunidades. No contexto angolano, o domínio do português possibilita que indivíduos participem de forma mais efetiva nos espaços institucionais, no mercado de trabalho formal e nas relações sociais urbanas, funcionando como um capital linguístico que aumenta as oportunidades de mobilidade social (Bourdieu, 1991).

7

Ngunga (2014, p. 57) afirma que “o português em Angola constitui um elemento de unificação nacional, permitindo a comunicação entre cidadãos de diferentes línguas maternas e origens culturais”. Essa função integradora demonstra que o português não apenas facilita a circulação de informações, mas também contribui para a construção de uma identidade nacional partilhada.

Além disso, o português desempenha papel inclusivo na produção cultural e na socialização urbana, sendo a língua predominante na literatura, nos meios de comunicação e em manifestações artísticas contemporâneas.

Segundo Firmino (2005) o desenvolvimento do português angolano como variante local reflete um processo de apropriação da língua que promove a integração social sem anular a diversidade cultural.

Portanto, o português pode ser considerado um instrumento de inclusão social, desde que acompanhado de políticas educativas e sociais que garantam o acesso equitativo ao seu ensino e valorizem simultaneamente a diversidade linguística do país. Essa perspectiva

evidencia que o poder integrador da língua depende não apenas de sua função comunicativa, mas também do contexto social, cultural e educativo em que é utilizada.

Para o efeito, este artigo propõe bases de como deve ser orientada a política linguística no ensino em Angola, tendo em conta sua diversidade.

1. Reconhecer oficialmente a diversidade linguística como recurso, não como problema.

Angola é um país multilíngue, com o português como língua oficial e dezenas de línguas nacionais bantu (*umbundu, kimbundu, kikongo, fiote, cokwe, nganguela, kwanyama*, entre outras). Uma política linguística eficaz precisa partir do princípio de que essa diversidade:

- ↳ Não é um obstáculo à aprendizagem;
- ↳ É um capital cultural e cognitivo.

Louis-Jean Calvet (2007) defende que políticas linguísticas devem ser ecológicas, isto é, respeitar o equilíbrio entre as línguas e o contexto social em que circulam. Ignorar as línguas nacionais no ensino gera exclusão e fracasso escolar. “*Uma política linguística eficaz deve partir das práticas linguísticas reais das populações.*”

2. Implementar o ensino bilingue ou multilíngue nos primeiros anos.

8

Diversos estudos mostram que a alfabetização na língua materna melhora significativamente o desempenho escolar. As crianças aprendem melhor quando iniciam a escolarização na língua que já dominam. O português deve ser introduzido de forma progressiva e aditiva, não substitutiva.

Segundo a UNESCO (2016) a educação multilíngue deve ser baseada na língua materna como um direito humano e um factor de qualidade educativa.

Heugh (2011) demonstra que políticas monolíngues em contextos multilíngues aumentam reprovação e abandono escolar.

3. Adotar uma política linguística inclusiva e não assimilacionista.

A política linguística no ensino angolano não deve ter como objectivo “corrigir” ou “eliminar” as línguas nativas em favor do português.

Fishman (1991) alerta para o perigo da substituição linguística quando a escola valoriza apenas a língua dominante. Isso leva à perda de línguas e identidades culturais. Do mesmo

modo, Skutnabb-Kangas (2000) fala em genocídio linguístico quando sistemas educativos excluem sistematicamente as línguas maternas.

4. Valorizar as línguas nacionais como património cultural e identitário

As línguas nacionais não devem aparecer apenas como “meio de transição”, mas como: disciplinas; veículos de cultura, história e saberes locais.

Segundo Ngũgĩ wa Thiong’o (1986) a língua é central na construção da identidade e da autonomia cultural: “*A língua transporta a cultura, e a cultura transporta os valores.*” Para Angola, isso é crucial num contexto pós-colonial, em que o português ainda carrega forte peso simbólico de poder.

5. Formar professores e produzir materiais didáticos multilíngues

Nenhuma política linguística funciona sem: formação docente adequada; gramáticas, dicionários e manuais escolares nas línguas nativas.

Bamgbose (1991) sublinha que muitas políticas linguísticas africanas falham não por falta de leis, mas por falta de implementação prática, sobretudo na formação de professores.

6. Articular unidade nacional e diversidade linguística

O português pode (e deve) continuar a funcionar como língua de coesão nacional, comunicação interétnica e inserção internacional. Mas isso não exige a marginalização das outras línguas. A unidade nacional não é incompatível com o multilinguismo institucional.

Uma política linguística adequada ao ensino em Angola deve ser: multilíngue, inclusiva, progressiva, culturalmente enraizada, e pedagogicamente eficaz. Ignorar a diversidade linguística significa reforçar desigualdades; valorizá-la é apostar numa educação mais justa, eficaz e verdadeiramente angolana.

Passos a seguir para uma política linguística eficaz na educação em Angola

1. Diagnóstico linguístico nacional e regional

- ↳ Saber quem fala o quê, onde e em que contextos.
- ↳ Mapear as línguas faladas por região, município e comunidade escolar.
- ↳ Identificar línguas maternas dos alunos à entrada no sistema educativo

- ✍ Considerar práticas reais (*línguas usadas em casa, no mercado, na igreja*). Políticas linguísticas devem partir das práticas linguísticas reais.

Sem esse diagnóstico, a política corre o risco de ser “no papel”.

2. Reconhecimento institucional das línguas nacionais no sistema educativo.

- ✍ Definir oficialmente quais línguas nativas entram no ensino, por regiões
- ✍ Estabelecer estatuto claro: língua de ensino, disciplina, ou ambas
- ✍ Integrar as línguas nativas nos documentos curriculares e legais

Isso evita improvisação e dá legitimidade às línguas locais. Políticas linguísticas falham quando não são institucionalizadas.

3. Implementação do ensino bilingue nos primeiros anos

- ✍ Alfabetização inicial na língua materna do aluno.
- ✍ Introdução progressiva do português como segunda língua
- ✍ Transição gradual para maior uso do português nos ciclos seguintes

Este modelo reduz reprovação, abandono e dificuldades de aprendizagem.

4. Formação inicial e contínua de professores

- ✍ Nenhuma política linguística funciona sem professores preparados.
- ✍ Formação de docentes bilingues/multilingues
- ✍ Capacitação em didática do ensino de línguas maternas
- ✍ Valorização de professores falantes de línguas nacionais

O professor é o elo mais frágil e mais decisivo da política linguística.

5. Produção e padronização de materiais didáticos

- ✍ Desenvolvimento de alfabetos e ortografias consensuais
- ✍ Produção de manuais escolares, cartilhas e materiais audiovisuais
- ✍ Adaptação cultural dos conteúdos (histórias, exemplos locais)

Sem materiais, a política não chega à sala de aula. Exclusão de línguas no material escolar gera exclusão educativa.

6. Sensibilização das comunidades e dos encarregados de educação

- ⇒ Muitas resistências vêm do medo de que as línguas nacionais “atrapalhem” o português.
- ⇒ Campanhas de informação sobre vantagens do bilinguismo
- ⇒ Envolvimento de líderes comunitários e autoridades tradicionais
- ⇒ Participação dos pais no processo educativo

A sobrevivência das línguas depende do apoio da comunidade.

7. Articulação entre unidade nacional e diversidade linguística

- ⇒ Manter o português como língua oficial e de coesão nacional
- ⇒ Garantir que o multilinguismo não seja visto como ameaça à unidade
- ⇒ Promover o respeito mútuo entre línguas e culturas

Língua, identidade e poder caminham juntos.

8. Implementação faseada e por projectos-piloto

- ⇒ Começar em regiões linguisticamente homogêneas
- ⇒ Avaliar resultados antes da expansão nacional
- ⇒ Ajustar metodologias conforme os contextos locais
- ⇒ Evita falhas generalizadas e desperdício de recursos.

9. Monitorização, avaliação e ajustamento contínuo

- ⇒ Avaliar impacto no rendimento escolar e na permanência dos alunos.
- ⇒ Rever políticas com base em dados reais.
- ⇒ Ajustar línguas, métodos e materiais quando necessário
- ⇒ Política linguística é processo, não decreto.

Uma política linguística eficaz na educação em Angola deve seguir um caminho progressivo, participativo e realista, combinando línguas nacionais como base, português como língua de unidade, escola como espaço de inclusão e valorização cultural.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de carácter descritivo-analítico, com o objectivo de compreender o papel da língua portuguesa em Angola enquanto factor de inclusão

e exclusão social, considerando as políticas linguísticas e a diversidade linguística existente no país. A opção por essa abordagem justifica-se pela natureza social e interpretativa do fenómeno linguístico, que exige a análise de discursos, práticas e contextos socioculturais.

A pesquisa baseia-se, primeiramente, em uma revisão bibliográfica, realizada a partir de livros, artigos científicos, teses e dissertações que abordam temas como sociolinguística africana, políticas linguísticas, ensino de línguas em contextos multilíngues e diversidade linguística em Angola. Foram priorizadas obras de autores nacionais e internacionais reconhecidos na área, permitindo uma fundamentação teórica consistente e contextualizada.

Os dados obtidos a partir da revisão bibliográfica e da análise documental foram tratados por meio da análise interpretativa, buscando identificar convergências e divergências nos discursos sobre inclusão, exclusão e diversidade linguística. A interpretação dos dados permitiu estabelecer relações entre a hegemonia do português, as práticas educativas e as desigualdades sociais, à luz dos pressupostos teóricos da sociolinguística crítica.

Por fim, os resultados da análise foram organizados de forma temática, possibilitando uma compreensão sistemática das dinâmicas linguísticas em Angola e contribuindo para a reflexão sobre a necessidade de políticas linguísticas mais inclusivas, capazes de valorizar tanto a língua portuguesa quanto as línguas nacionais no contexto social e educativo angolano.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados obtidos por meio da revisão bibliográfica e da análise documental evidencia que a língua portuguesa em Angola desempenha um papel ambíguo, funcionando simultaneamente como instrumento de inclusão e de exclusão social. Os resultados revelam que essa dualidade está diretamente relacionada às políticas linguísticas adoptadas, às práticas educativas e às representações sociais associadas ao uso da língua.

No que se refere à inclusão social, os estudos analisados demonstram que o português, enquanto língua oficial, constitui um importante meio de integração nacional. A sua utilização generalizada nos domínios institucionais, como a educação, a administração pública e os meios de comunicação social, permite a comunicação entre cidadãos de diferentes grupos etnolinguísticos, favorecendo a coesão social e a construção de uma identidade nacional comum. Nesse sentido, os resultados confirmam que o domínio da língua portuguesa representa um factor determinante para o acesso à escolarização, ao emprego formal e à participação cívica, funcionando como um capital linguístico que possibilita mobilidade social.

Contudo, a análise também evidencia que o carácter inclusivo da língua portuguesa não se distribui de forma equitativa entre todos os grupos sociais. Os dados apontam que falantes de línguas nacionais e de variedades não padronizadas do português enfrentam maiores dificuldades no percurso escolar, sobretudo nos primeiros anos de ensino, devido à ausência de políticas eficazes de educação bilingue. Essa realidade contribui para o insucesso escolar, a evasão e a marginalização social, confirmando que a hegemonia do português padrão pode atuar como um mecanismo de exclusão.

A discussão dos resultados revela ainda que o preconceito linguístico constitui um elemento central nesse processo de exclusão. A valorização institucional do português padrão, em detrimento das línguas nacionais e das variedades locais, reforça hierarquias sociais e legitima práticas discriminatórias no contexto educativo e social. Dessa forma, a língua deixa de ser apenas um meio de comunicação e passa a funcionar como instrumento de poder simbólico, conforme apontado pela sociolinguística crítica.

No que diz respeito às políticas linguísticas, os resultados indicam um descompasso entre o reconhecimento legal da diversidade linguística e a sua implementação prática. Embora documentos oficiais reconheçam as línguas nacionais como património cultural, a sua presença no sistema educativo e nos espaços institucionais permanece limitada. A falta de formação de professores, de materiais didáticos adequados e de investimento em programas de ensino bilingue compromete a efetivação de políticas linguísticas inclusivas.

13

Assim, a análise e discussão dos resultados permitem afirmar que a língua portuguesa, apesar de seu papel fundamental na unidade nacional angolana, contribui para a reprodução de desigualdades sociais quando não acompanhada de políticas que valorizem a diversidade linguística. Os resultados reforçam a necessidade de uma abordagem linguística mais inclusiva, que promova a articulação entre o português e as línguas nacionais, reconhecendo-as como recursos legítimos para a aprendizagem, a construção identitária e a participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objectivo analisar o papel da língua portuguesa em Angola enquanto factor de inclusão e exclusão social, considerando o contexto de diversidade linguística e as políticas linguísticas vigentes no país. A partir da revisão bibliográfica e da análise documental realizadas, foi possível compreender que a língua portuguesa ocupa uma

posição central na organização social, política e educativa angolana, desempenhando funções fundamentais na coesão nacional e na integração entre diferentes grupos etnolinguísticos.

Os resultados do estudo evidenciam que o domínio da língua portuguesa constitui um importante meio de acesso à educação formal, ao mercado de trabalho e à participação cívica, funcionando como um recurso de mobilidade social e de inclusão. Ao mesmo tempo, constatou-se que a hegemonia do português padrão, associada à desvalorização das línguas nacionais e das variedades linguísticas locais, contribui para a exclusão social de uma parcela significativa da população, sobretudo de falantes cuja língua materna não é o português.

Verificou-se, ainda, que as políticas linguísticas angolanas apresentam avanços no reconhecimento legal da diversidade linguística, mas enfrentam limitações na sua implementação prática. A ausência de políticas educativas consistentes voltadas para o ensino bilíngue, bem como a insuficiente valorização das línguas nacionais no sistema escolar, reforça desigualdades educacionais e sociais, dificultando a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Diante desse cenário, torna-se fundamental a formulação e a implementação de políticas linguísticas mais inclusivas, que promovam a articulação entre a língua portuguesa e as línguas nacionais, reconhecendo estas como património cultural e como instrumentos legítimos de aprendizagem e socialização. Investimentos na formação de professores, na produção de materiais didáticos adequados e na sensibilização para o combate ao preconceito linguístico constituem medidas essenciais para a redução das desigualdades sociais associadas ao uso da língua.

Por fim, este estudo contribui para o debate sobre a relação entre língua, poder e sociedade em Angola, destacando a necessidade de se repensar o papel da língua portuguesa não apenas como símbolo de unidade nacional, mas também como elemento que deve coexistir de forma equilibrada com a diversidade linguística do país. Espera-se que futuras pesquisas possam aprofundar essa temática por meio de estudos empíricos, ampliando a compreensão das práticas linguísticas e das experiências dos falantes no contexto angolano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, M. (2007). Preconceito linguístico: O que é, como se faz. Loyola.
- BAMGBOSE, A. (1991). Language and the nation. Edinburgh University Press.
- BOURDIEU, P. (1991). Language and symbolic power. Polity Press.

- CALVET, L.-J. (2002). As políticas linguísticas. Parábola.
- CALVET, L.-J. (2007). As políticas linguísticas. Parábola.
- FIRMINO, G. (2005). A questão linguística na África pós-colonial: O caso do português e das línguas africanas em Moçambique e Angola. Promédia.
- FISHMAN, J. A. (1991). Reversing language shift: Theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages. Multilingual Matters.
- HEUGH, K. (2011). Theory and practice of multilingual education in Africa.
- LOPES, A. J. (2016). Política linguística e ensino em Angola. Mayamba.
- NGŨGĨ wa Thiong'o. (1986). Decolonising the mind: The politics of language in African literature. Heinemann.
- Ngunga, A. (2012). Línguas nacionais de Angola: Contributos para a sua valorização. EDUCAR.
- NGUNGA, A. (2014). Introdução à linguística bantu. EDUCAR.
- OLIVEIRA, H. T. (2018). Língua portuguesa em Angola: Silenciamentos, isolamentos e hierarquias. Revista da ABRALIN.
- SILVA, A. A., & Ganga, J. G. (2023). O direito à língua e à comunicação na variedade do português de Angola. Repositório RDPC.
- SILVA, S. S. F., & Araújo, M. C. A. (2026). O ensino de língua portuguesa no contexto multilíngue em Angola. Revista do GELNE.
- SKUTNABB-KANGAS, T. (2000). Linguistic genocide in education or worldwide diversity and human rights? Lawrence Erlbaum.
- UNESCO. (2003). Education in a multilingual world. UNESCO.
- UNESCO. (2016). Education in a multilingual world. UNESCO.